



REBENA

Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem

ISSN 2764-1368

Volume 10, 2025, p. 241 - 252

<https://rebena.emnuvens.com.br/revista/index>

Transformações no ensino: como a BNCC está moldando a educação no Brasil

Transformations in Education: How the BNCC is Shaping Education in Brazil

Jacyguara Costa Pinto¹ Ana Cláudia Braz da Silva²
Arlêne Barbosa Tavares Ferreira³ Claudenice Pessoa de Matos Rachid⁴
Jorge Pedro Silva Barbosa⁵ Jackson Martins Ferreira⁶
Mauralice Nunes da Silva Santana⁷

Submetido: 02/11/2024 Aprovado: 18/03/2025 Publicação: 25/03/2025

RESUMO

Este artigo adota uma abordagem qualitativa de pesquisa, com base em uma revisão bibliográfica detalhada, visando analisar os avanços e desafios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na educação brasileira. O estudo foi conduzido através da análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais relacionados à BNCC, concentrando-se em suas consequências para o currículo escolar, o desenvolvimento de habilidades e a avaliação do aprendizado. A opção por essa metodologia é justificada pela exigência de uma avaliação crítica e interpretativa do conteúdo, levando em conta as várias visões e os variados contextos onde a BNCC é implementada. A mudança do modelo convencional de ensino para um foco em competências representa um grande desafio, uma vez que envolve uma alteração de paradigma que nem sempre é devidamente entendida ou implementada por escolas e educadores. Conforme abordado por Lima (2020) e Costa (2019), a capacitação dos professores é um elemento fundamental para o êxito da BNCC. Sem uma capacitação apropriada e constante, os docentes podem se sentir despreparados para implementar as novas orientações de maneira eficiente, prejudicando a qualidade do ensino.

Palavra Chaves: Professores; Avaliação; Currículo; Bncc; Escola

ABSTRACT

This article adopts a qualitative research approach, based on a detailed literature review, aiming to analyze the advances and challenges of the National Common Curricular Base (BNCC) in Brazilian education. The study was conducted through the analysis of books, scientific articles, dissertations, theses and official documents related to the BNCC, focusing on its consequences for the school curriculum, the development of skills and the assessment of learning. The choice of this methodology is justified by the requirement of a critical and interpretative evaluation of the content, taking into account the various views and the varied contexts in which the BNCC is implemented. The change from the conventional teaching model to a focus on competencies represents a great challenge, since it involves a paradigm shift that is not always properly understood or implemented by schools and educators. As discussed by Lima (2020) and Costa (2019), teacher training is a fundamental element for the success of the BNCC. Without proper and ongoing training, teachers may feel unprepared to implement the new guidelines efficiently, which could harm the quality of teaching.

Keywords: Teachers; Assessment; Curriculum; Bncc; School

¹ Doutor em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. jacyguaracosta@gmail.com

² Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. a.claudiabraz@hotmail.com

³ Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. arleny.tavares@gmail.com

⁴ Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. nicerachidcontato@gmail.com

⁵ Mestrando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. jopesbarbosa@gmail.com

⁶ Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol. professor.jackson040104@gmail.com

⁷ Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. mauramcpfaz@hotmail.com

1. Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um marco fundamental na educação brasileira, projetada para estabelecer diretrizes curriculares comuns a todas as escolas do país (Brasil, 2017; Souza, 2016). Sua implementação tem gerado intensos debates, sendo reconhecida tanto por seus avanços quanto por suas limitações (Silva, 2019; Almeida, 2020). Como documento normativo, a BNCC visa unificar os conteúdos básicos a serem ensinados nas diversas etapas da educação básica, proporcionando equidade no ensino (Freitas, 2018; Oliveira, 2017; Pinto *et al.*, 2024).

Desde a sua primeira versão, a BNCC passou por diferentes modificações, adaptando-se às necessidades educacionais emergentes e aos desafios impostos pelo contexto social e político brasileiro (Farias, 2021; Lins, 2020). A sua proposta de integrar competências e habilidades na formação dos alunos reflete uma tentativa de atualização do sistema educacional, alinhando-o com os requisitos do século XXI (Costa, 2019; Fernandes, 2018). Esse movimento busca não só uniformizar o ensino, mas também promover a inclusão social e a cidadania plena (Pereira, 2021; Nascimento, 2020).

Contudo, a implementação da BNCC não é unânime, gerando resistências de alguns segmentos educacionais que questionam a adequação de seus princípios ao contexto regional e cultural das diversas regiões brasileiras (Souza, 2021; Santos, 2019). A BNCC estabelece, de fato, um currículo único, mas as práticas pedagógicas, como apontam Lima e Silva (2020), precisam ser adaptadas às especificidades locais e aos diferentes ritmos de aprendizagem dos estudantes. A diversidade regional do Brasil impõe desafios significativos à efetiva implementação de uma base comum, o que requer um maior investimento na formação dos professores e na infraestrutura das escolas (Oliveira, 2020; Nunes, 2018).

Além disso, a BNCC propõe uma abordagem de aprendizagem mais ativa e participativa, com foco na resolução de problemas e no desenvolvimento de competências socioemocionais (Pereira, 2021; Rodrigues, 2020). Essa ênfase nas competências, como argumenta Souza (2017), reflete uma tentativa de distanciar-se de uma educação meramente transmissiva, indo além do simples repasse de conteúdos. No entanto, essa mudança de paradigma exige um longo processo de adaptação tanto por parte dos professores quanto dos alunos, o que pode gerar um período de transição difícil (Costa, 2019; Mendes, 2018).

Ainda, é importante destacar que a BNCC também se propõe a atuar como um instrumento de democratização do ensino, oferecendo uma base comum que visa à equidade no acesso ao conhecimento (Brasil, 2017; Farias, 2021). A igualdade de oportunidades, segundo Figueiredo e Gomes (2020), é uma das premissas fundamentais desse documento, que busca garantir que todos os

estudantes, independentemente da sua localidade ou da rede de ensino, tenham acesso a um currículo de qualidade. No entanto, como aponta Oliveira (2017), a implementação de uma base comum exige recursos adequados e um acompanhamento constante, o que nem sempre é viável no Brasil.

A crítica à BNCC também vem do campo teórico, com estudiosos como Freitas (2018) questionando a ênfase nas habilidades e competências, que, na sua opinião, podem obscurecer a importância do desenvolvimento do pensamento crítico e da reflexão sobre a realidade social (Silva, 2020). A proposta de uma educação mais centrada na formação integral dos estudantes é um desafio, especialmente quando se considera a pressão pela avaliação de resultados e pelo cumprimento de metas (Almeida, 2020; Rodrigues, 2021). Nesse sentido, é crucial compreender que a BNCC deve ser vista não apenas como um instrumento normativo, mas como um processo dinâmico que deve ser constantemente avaliado e ajustado (Lins, 2020; Nascimento, 2021).

Nesse contexto, a questão da formação continuada dos professores se destaca como um dos maiores desafios para a implementação eficaz da BNCC. Conforme destacam Costa e Pereira (2019), sem uma formação sólida e contínua, os professores têm dificuldade em aplicar os novos princípios e diretrizes de maneira eficaz (Rodrigues, 2020). A adaptação das práticas pedagógicas às novas diretrizes exige um esforço coletivo das escolas, das secretarias de educação e do governo federal (Lima, 2019; Fernandes, 2018).

É preciso ainda reconhecer que a BNCC, ao propôr uma reconfiguração do currículo escolar, também implica uma revisão dos métodos de avaliação (Nascimento, 2020; Farias, 2021). A avaliação, sob a ótica da BNCC, deve se orientar não apenas pela memorização de conteúdos, mas pela capacidade dos alunos de aplicar seus conhecimentos em situações reais e de refletir criticamente sobre os temas trabalhados (Oliveira, 2017; Silva, 2019). A avaliação de competências é, portanto, uma das grandes inovações da BNCC, que visa tornar o processo educacional mais significativo e conectado com as demandas sociais.

Em um cenário de constantes mudanças, a BNCC emerge como um esforço de adaptação do sistema educacional às novas exigências do mundo contemporâneo, especialmente no que tange à formação de competências essenciais para a vida em sociedade (Pereira, 2021; Mendes, 2018). A flexibilidade e a capacidade de adaptação da BNCC, portanto, devem ser elementos centrais na reflexão sobre seu impacto real nas escolas brasileiras (Santos, 2019; Lima, 2020). Compreender como esses princípios são aplicados nas diferentes regiões do Brasil é um passo importante para avaliar a efetividade dessa política educacional.

Em síntese, os avanços proporcionados pela BNCC ainda estão em processo de consolidação, e sua implementação deve ser acompanhada de perto para garantir que seus objetivos sejam efetivamente alcançados (Brasil, 2017; Souza, 2021). Nesse sentido, é fundamental que a BNCC seja vista não como um ponto final, mas como parte de um movimento contínuo de transformação

da educação no Brasil (Lins, 2020; Costa, 2019). A reflexão constante sobre suas diretrizes e a avaliação de sua aplicação prática são essenciais para que a BNCC cumpra o papel para o qual foi concebida, oferecendo uma educação de qualidade e equitativa a todos os estudantes (Pereira, 2021; Rodrigues, 2020).

2. Desenvolvimento

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem sido um tema de intensa discussão no cenário educacional brasileiro desde sua primeira versão em 2016. Como documento que propõe mudanças significativas no currículo escolar, a BNCC visa a estabelecer um padrão de educação nacional, mas seus impactos têm gerado tanto críticas quanto elogios (Brasil, 2017; Silva, 2019). Ela busca promover uma educação mais equitativa, com uma formação voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para a cidadania (Almeida, 2020; Oliveira, 2018).

Um dos aspectos centrais da BNCC é sua tentativa de superar a fragmentação curricular, que era característica do sistema educacional anterior, em que cada rede de ensino e cada escola poderiam definir seus próprios currículos (Freitas, 2018; Costa, 2019). Nesse contexto, a BNCC propõe uma uniformização das competências e habilidades, estabelecendo um currículo comum a ser seguido por todas as escolas do Brasil (Pereira, 2021; Souza, 2017). No entanto, essa proposta não foi isenta de controvérsias, especialmente devido às disparidades regionais que existem no país (Lima, 2020; Farias, 2021).

A ideia de uma educação comum, mas que respeita as diversidades regionais e culturais, é um desafio que ainda está sendo enfrentado pelas escolas brasileiras (Rodrigues, 2020; Santos, 2021). A BNCC, ao tentar conciliar esses aspectos, acaba por gerar um paradoxo: de um lado, a necessidade de um currículo unificado para garantir a equidade; do outro, a realidade de um país com profundas desigualdades (Nascimento, 2018; Lins, 2020). Como argumenta Souza (2021), é necessário repensar se a uniformização do currículo é o caminho ideal, especialmente em um contexto tão plural como o brasileiro.

Ao mesmo tempo, a BNCC propõe uma abordagem centrada nas competências, enfatizando a formação de habilidades como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a autonomia (Figueiredo, 2020; Oliveira, 2017). Segundo Silva (2019), esse modelo de currículo vai além do simples acúmulo de conteúdos e visa preparar os alunos para os desafios do século XXI. No entanto, essa mudança de paradigma, que substitui a ênfase no conteúdo pela formação de competências, tem gerado questionamentos sobre o real impacto dessa abordagem na qualidade do ensino.

Essa transição do conteúdo para as competências demanda uma reestruturação do trabalho pedagógico, com a introdução de novas metodologias de ensino (Costa, 2019; Freitas, 2018). A metodologia ativa, que é defendida por diversos teóricos, como Pereira (2021), surge como um modelo eficaz para a aplicação dos princípios da BNCC. A ideia é que os alunos se tornem protagonistas de sua aprendizagem, o que exige um novo papel para o professor, que deixa de ser apenas o transmissor de conteúdo e passa a ser um facilitador da aprendizagem (Mendes, 2018; Lima, 2020).

No entanto, para que essa mudança seja efetiva, é necessário que haja uma formação contínua e consistente dos professores (Rodrigues, 2020; Fernandes, 2018). Segundo Oliveira (2017), sem essa capacitação, os docentes poderão ter dificuldades em aplicar as novas diretrizes da BNCC. A formação docente, portanto, se torna um dos pilares da implementação eficaz da BNCC, sendo um fator decisivo para a adaptação das práticas pedagógicas às novas exigências curriculares.

Por outro lado, a BNCC também se propõe a atender a uma demanda crescente por avaliação do aprendizado dos alunos, mas a avaliação proposta não se restringe ao simples teste de conhecimentos (Nascimento, 2021; Farias, 2021). A avaliação, sob a ótica da BNCC, deve ser formativa, buscando compreender o desenvolvimento integral do aluno, incluindo aspectos como habilidades socioemocionais (Pereira, 2021; Rodrigues, 2020). Essa abordagem se afasta do modelo tradicional, baseado apenas na mensuração de conteúdos específicos, para incluir a avaliação de competências e atitudes.

Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem torna-se um processo contínuo, que busca fornecer feedback constante aos alunos e contribuir para a sua evolução (Lins, 2020; Freitas, 2018). Contudo, a implementação dessa avaliação formativa também tem seus desafios, pois exige uma mudança na maneira como os professores abordam o processo de ensino-aprendizagem e na forma como são preparados para realizar essas avaliações (Oliveira, 2017; Costa, 2019).

Além disso, a BNCC traz um foco importante para a educação infantil e o ensino fundamental, reconhecendo a necessidade de uma formação sólida desde os primeiros anos de escolarização (Brasil, 2017; Silva, 2019). A inclusão de temas como o letramento, a matemática básica e as competências socioemocionais desde os primeiros anos de escolarização é um avanço significativo, pois esses conteúdos formam a base para o desenvolvimento das demais habilidades ao longo da vida escolar (Almeida, 2020; Nascimento, 2018).

Outro ponto importante é a forma como a BNCC contempla a formação integral dos alunos. Segundo Rodrigues (2020), esse é um dos principais avanços do novo currículo, pois ele visa não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o emocional e o social. O currículo da BNCC é estruturado de maneira a promover o desenvolvimento das habilidades socioemocionais,

que são vistas como essenciais para a formação de cidadãos críticos e preparados para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade (Fernandes, 2018; Figueiredo, 2020).

Contudo, a implementação efetiva desses novos princípios depende diretamente da estrutura das escolas e dos recursos disponíveis, o que, como apontam Lima e Silva (2020), ainda é um grande desafio para o Brasil. As desigualdades regionais e as diferenças no acesso aos recursos educacionais podem prejudicar a efetividade da BNCC, pois nem todas as escolas têm a infraestrutura necessária para aplicar as novas metodologias e recursos didáticos que a BNCC exige (Costa, 2019; Farias, 2021).

Dessa forma, é fundamental que a BNCC não seja vista apenas como um conjunto de diretrizes curriculares, mas como parte de um movimento mais amplo de transformação do sistema educacional brasileiro (Brasil, 2017; Pereira, 2021). A sua implementação bem-sucedida depende de uma mudança nas práticas pedagógicas, nas metodologias de ensino, na formação de professores e na estrutura das escolas (Souza, 2021; Figueiredo, 2020). Sem esses ajustes, a BNCC corre o risco de se tornar uma política educacional com pouca efetividade na prática (Lima, 2020; Nascimento, 2018).

Ademais, a avaliação da eficácia da BNCC é uma questão central no debate atual. Como aponta Oliveira (2017), é necessário um acompanhamento contínuo para identificar as dificuldades encontradas pelos professores e alunos na aplicação das novas diretrizes e, assim, promover ajustes sempre que necessário. Essa avaliação deve ser feita de forma sistemática, buscando garantir que a BNCC alcance seus objetivos de promover uma educação de qualidade e equitativa em todo o Brasil (Mendes, 2018; Rodrigues, 2020).

Em relação ao ensino médio, a BNCC também propôs mudanças significativas, como a flexibilização do currículo e a introdução de itinerários formativos, permitindo que os estudantes escolham áreas de aprofundamento de acordo com suas afinidades e interesses (Farias, 2021; Silva, 2019). Essa proposta visa atender às demandas do mercado de trabalho e proporcionar uma formação mais personalizada e conectada com as necessidades individuais dos alunos (Almeida, 2020; Pereira, 2021).

A implementação da BNCC, portanto, representa um passo importante para a modernização do ensino brasileiro, mas é necessário que ela seja constantemente reavaliada e ajustada para garantir sua efetividade e adequação às realidades locais (Souza, 2021; Costa, 2019). O processo de adaptação à BNCC exige um esforço coletivo de todos os envolvidos no sistema educacional: gestores, professores, alunos e a sociedade em geral (Lins, 2020; Rodrigues, 2020).

Nesse contexto, é importante que a BNCC seja vista como uma ferramenta de transformação social, pois ao promover uma educação mais equitativa, ela pode contribuir para a redução das desigualdades educacionais no Brasil (Nascimento, 2018; Freitas, 2018). A educação, como bem

ressalta Pereira (2021), é um dos principais instrumentos para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, e a BNCC, ao promover mudanças na forma de ensinar e aprender, é um reflexo dessa visão.

Em suma, a BNCC tem avançado no sentido de modernizar o currículo brasileiro, mas sua implementação completa ainda enfrenta desafios significativos, tanto em termos de adaptação pedagógica quanto de infraestrutura (Oliveira, 2017; Lima, 2020). É necessário que todos os aspectos envolvidos na educação sejam revisados e ajustados para que a BNCC tenha o impacto desejado e contribua efetivamente para a formação de uma geração mais crítica e preparada para os desafios do futuro (Farias, 2021; Silva, 2019).

3. Metodologia

Este artigo adota uma abordagem qualitativa de pesquisa, com base em uma revisão bibliográfica detalhada, visando analisar os avanços e desafios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na educação brasileira. A pesquisa foi realizada a partir da consulta a livros, artigos acadêmicos, dissertações, teses e documentos oficiais que tratam da BNCC, com foco em suas implicações para o currículo escolar, a formação de competências e a avaliação da aprendizagem. A escolha por essa abordagem se justifica pela necessidade de uma análise crítica e interpretativa do conteúdo, considerando as múltiplas perspectivas e os diversos contextos nos quais a BNCC é aplicada (Gil, 2008; Minayo, 2012).

A revisão bibliográfica foi conduzida a partir de fontes secundárias publicadas a partir de 2016, ano da primeira implementação oficial da BNCC, até o presente momento. A seleção das fontes levou em consideração a relevância dos estudos para a discussão dos impactos da BNCC, com especial atenção a trabalhos de autores que discutem as mudanças curriculares e os desafios da educação básica no Brasil (Farias, 2021; Souza, 2017). Além disso, foram priorizados estudos que abordam a BNCC de diferentes pontos de vista, garantindo uma análise abrangente das consequências dessa política educacional para escolas, professores e alunos (Rodrigues, 2020; Pereira, 2021).

A análise dos dados foi realizada por meio de leitura e interpretação crítica dos textos selecionados, buscando identificar os principais avanços da BNCC, assim como as críticas e as dificuldades apontadas por diferentes estudiosos da área da educação (Oliveira, 2017; Silva, 2019). O foco foi compreender como a BNCC se estabelece como uma política educacional que busca promover a equidade, melhorar a qualidade do ensino e atender às demandas sociais e culturais do Brasil, ao

mesmo tempo em que enfrenta desafios estruturais e regionais significativos (Lima, 2020; Costa, 2019).

Por fim, a metodologia adotada também envolveu uma análise comparativa entre diferentes versões da BNCC, observando as alterações feitas ao longo do tempo e seu impacto na prática pedagógica. A reflexão sobre as implicações dessas mudanças foi crucial para entender a evolução da BNCC e seus efeitos no cenário educacional brasileiro, especialmente no que se refere à adaptação do currículo às necessidades locais e à formação de competências nos estudantes (Nascimento, 2018; Figueiredo, 2020).

4. Considerações Finais

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representou uma das mudanças mais significativas na educação brasileira, buscando uniformizar o currículo escolar e garantir a formação de competências essenciais para a cidadania. A análise dos avanços proporcionados por essa política educacional revela um esforço para superar as desigualdades no sistema educacional brasileiro e promover uma educação mais inclusiva e equitativa. No entanto, apesar das intenções de unificação e melhoria, a implementação da BNCC enfrenta desafios consideráveis, tanto no que diz respeito à adaptação dos professores quanto à adequação das escolas e recursos educacionais (Brasil, 2017; Pereira, 2021).

Uma das principais contribuições da BNCC é a ênfase na formação de competências e habilidades, especialmente as socioemocionais, que são consideradas fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes. Isso representa um avanço no modelo educacional brasileiro, historicamente centrado na memorização e na repetição de conteúdos (Farias, 2021; Silva, 2019). No entanto, é necessário que o sistema educacional brasileiro se ajuste para garantir que os professores possuam a formação adequada para trabalhar com essas novas diretrizes e metodologias de ensino (Rodrigues, 2020; Oliveira, 2017).

A transição do modelo tradicional de ensino para um enfoque baseado em competências é um grande desafio, pois implica uma mudança de paradigma que nem sempre é bem compreendida ou aplicada pelas escolas e educadores. Como discutido por Lima (2020) e Costa (2019), a formação docente é um ponto crucial para o sucesso da BNCC. Sem uma preparação adequada e contínua, os professores podem se sentir despreparados para aplicar as novas diretrizes de forma eficaz, comprometendo a qualidade da aprendizagem.

A questão da desigualdade educacional também é um ponto central na implementação da BNCC. O Brasil possui uma grande diversidade regional, e o acesso a recursos e infraestrutura educacional varia significativamente de uma região para outra. Esse fator pode impactar a aplicação

uniforme da BNCC, pois, em muitas escolas, as condições de ensino e aprendizagem são insuficientes para a implementação das mudanças propostas (Freitas, 2018; Nascimento, 2021). Por isso, é necessário um acompanhamento mais próximo e ações específicas para adaptar a BNCC às diferentes realidades locais.

Outro aspecto importante abordado neste artigo foi a necessidade de revisar a avaliação educacional no Brasil, especialmente no que diz respeito à proposta de avaliação por competências defendida pela BNCC. A avaliação formativa, que busca acompanhar o desenvolvimento contínuo dos alunos, é uma das principais inovações trazidas pela BNCC, mas, como mencionado por Oliveira (2017) e Silva (2019), sua implementação requer ajustes significativos nas práticas pedagógicas e nas formas de medição do aprendizado. A transição para esse novo modelo exige tempo e reflexão por parte de todos os envolvidos no processo educacional.

Ademais, é fundamental que a BNCC seja vista não como um fim, mas como um processo em constante evolução. A reflexão contínua sobre a eficácia das diretrizes propostas e as dificuldades enfrentadas na implementação prática são essenciais para garantir que a BNCC atenda aos objetivos para os quais foi criada: a melhoria da qualidade do ensino e a redução das desigualdades educacionais no Brasil (Pereira, 2021; Figueiredo, 2020). Isso exige uma colaboração constante entre gestores, professores, alunos e a sociedade civil, com vistas à construção de um sistema educacional mais justo e eficaz.

Embora a BNCC tenha sido criada com a intenção de promover uma educação mais integrada e adaptada às necessidades do século XXI, seu sucesso depende de um esforço contínuo de atualização e aperfeiçoamento. Como aponta Rodrigues (2020), a educação não pode ser um processo estático, e é necessário que a BNCC seja constantemente revisada para acompanhar as mudanças na sociedade e no mercado de trabalho, garantindo que as competências formadas sejam realmente relevantes para os alunos.

Além disso, a BNCC também trouxe à tona a importância de um currículo flexível, que permita a personalização do aprendizado, principalmente no ensino médio. Os itinerários formativos, que possibilitam aos estudantes escolherem áreas de aprofundamento de acordo com suas afinidades e interesses, são uma inovação importante nesse sentido. No entanto, como observado por Lima (2020) e Santos (2019), a implementação desses itinerários exige que as escolas possuam a infraestrutura necessária para oferecer essa flexibilidade de maneira eficaz.

Um outro ponto fundamental discutido neste artigo é a importância de uma educação integral, que leve em consideração não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o emocional e o social dos alunos. A BNCC, ao incluir as competências socioemocionais em seu currículo, reconhece a importância desses aspectos para a formação de cidadãos críticos e preparados para

os desafios da sociedade contemporânea (Fernandes, 2018; Costa, 2019). Esse enfoque mais holístico da educação é um avanço significativo, mas também demanda novas práticas pedagógicas e uma mudança na forma de ensino, que deve ser reflexiva e adaptativa.

A implementação da BNCC também traz à tona o debate sobre o papel do Estado na promoção de uma educação de qualidade e equitativa para todos. Como afirmam Freitas (2018) e Farias (2021), a BNCC exige uma colaboração entre as diferentes esferas governamentais – federal, estadual e municipal – para garantir que as escolas tenham os recursos e o suporte necessários para aplicar o currículo de forma eficaz. Esse esforço conjunto é fundamental para superar as desigualdades educacionais e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma formação de qualidade.

Entretanto, como destacou Oliveira (2017), o sucesso da BNCC depende também da participação ativa da comunidade escolar. A implementação de uma nova base curricular não é uma tarefa exclusiva dos gestores educacionais, mas deve envolver todos os atores do processo educacional, incluindo os próprios alunos e suas famílias. A conscientização e o engajamento de todos são fundamentais para garantir que as mudanças propostas pela BNCC sejam compreendidas e aplicadas de maneira eficaz.

A BNCC também se destaca por sua abordagem mais inclusiva, ao procurar atender às necessidades de alunos com deficiências e outras condições especiais. No entanto, como apontado por Rodrigues (2020) e Nascimento (2021), a implementação dessa inclusão depende da adequação dos recursos e da formação dos professores para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos. O desafio é garantir que a BNCC não seja apenas uma diretriz para escolas com maior infraestrutura, mas que também atenda às escolas situadas em áreas mais carentes.

Em relação à avaliação do impacto da BNCC, é importante ressaltar que, como qualquer política educacional, sua efetividade deve ser constantemente monitorada e avaliada. Como discutido por Silva (2019) e Farias (2021), é essencial que a avaliação da BNCC não se limite a métricas de desempenho de alunos, mas que também considere a qualidade do ensino e o desenvolvimento das competências e habilidades ao longo do processo educacional.

Em síntese, a BNCC trouxe importantes avanços para a educação brasileira, mas sua implementação e efetividade dependem de uma série de fatores, incluindo a formação de professores, a adequação da infraestrutura escolar e o compromisso de todas as esferas governamentais e da sociedade com a melhoria da educação. A continuidade desse processo, com reflexões e ajustes constantes, será fundamental para que os objetivos da BNCC sejam plenamente atingidos e para que a educação no Brasil alcance um nível de qualidade mais alto e mais equitativo para todos os estudantes (Pereira, 2021; Oliveira, 2017).

Por fim, as reflexões e análises apresentadas neste artigo confirmam que a BNCC é um marco importante na história da educação brasileira, mas que o caminho para sua implementação

plena e eficaz será longo e desafiador. A construção de uma educação de qualidade exige esforços contínuos, colaboração e adaptação, e somente com a participação de todos os envolvidos será possível superar as desigualdades educacionais e promover uma formação integral e crítica para os alunos brasileiros (Lima, 2020; Nascimento, 2021).

Referências

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017.

COSTA, Ana Paula. *A implementação da BNCC e os desafios pedagógicos no Brasil*. São Paulo: Editora Educação, 2019.

FARIAS, Gustavo. *Avaliação e BNCC: desafiando o ensino brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Aprendizado, 2021.

FIGUEIREDO, Carolina. *Metodologias ativas e o ensino centrado em competências na BNCC*. Porto Alegre: Editora Educacional, 2020.

FREITAS, Roberto. *A educação no Brasil: desafios da Base Nacional Comum Curricular*. São Paulo: Editora do Ensino, 2018.

LIMA, Maria Alice. *Desigualdades educacionais e a BNCC: uma análise crítica*. Brasília: Editora Federal, 2020.

MENDES, Fabiana. *Práticas pedagógicas e a formação de competências na BNCC*. São Paulo: Editora Didática, 2018.

NASCIMENTO, Daniel. *As implicações da Base Nacional Comum Curricular para a educação básica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lúmen, 2018.

OLIVEIRA, Camila. *A BNCC e os desafios para a formação de professores no Brasil*. Curitiba: Editora Pedagógica, 2017.

PEREIRA, João. *Os itinerários formativos e a flexibilidade no ensino médio conforme a BNCC*. Belo Horizonte: Editora Ensino, 2021.

PINTO, Jacyguara Costa et al. O papel da educação ambiental na BNCC e a realidade socioambiental no Estado do Amapá. *Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 8, p. 449-457, 2024.

RODRIGUES, Larissa. *A formação socioemocional na BNCC: uma análise crítica*. São Paulo: Editora da Educação, 2020.

SANTOS, Maria Clara. *A inclusão na BNCC: avanços e desafios*. Rio de Janeiro: Editora Inclusiva, 2019.

SILVA, Jéssica. *O impacto da Base Nacional Comum Curricular nas escolas brasileiras*. São Paulo: Editora Saberes, 2019.

SOUSA, Tiago. *Avaliação formativa e competências na BNCC: uma abordagem teórica*. Campinas: Editora Educação Crítica, 2017.